

Uma leitura conceitualista da *Ética* de Spinoza

Gionatan Carlos Pacheco*

NEWLANDS, Samuel. *Reconceiving Spinoza*. Oxford: Oxford University Press, 2018, 283 p.

O livro *Reconceiving Spinoza* (2018), de Samuel Newlands possui um projeto ambicioso: uma releitura da *Ética*. Trata-se de reconsiderar a metafísica spinozana mais básica e ao mesmo tempo conectá-la com a teoria ética spinozana (reconsiderada, é claro). A chave de leitura, utilizada por Newlands, é afirmar que *relações conceituais* são a “coluna vertebral” do spinozismo.

Edwin Curley (1969) e Yitzhak Melamed (2013), cada um a seu modo, realizaram projetos equiparáveis ao de Newlands em termos de ambição. Assim como os dois primeiros, Newlands toma como ponto de partida de sua obra o problema do “Um e dos Muitos”, ou, por outras palavras, o problema de explicar a relação da substância com os modos. Enquanto Curley e Melamed em suas obras se esforçam por explicar o estatuto do modo em relação à substância, Curley afirmando que esta se explica em termos causais e Melamed replicando que os modos são predicados não-essenciais da substância, Newlands se afasta dessa disputa¹ em favor de sua leitura conceitualista.

No entanto, apesar de apresentar os mesmos pontos de partidas, isto é, o comentário de Leibniz (1989) sobre a definição de substância e o famoso verbete de Bayle (1820), não há neste livro de Newlands uma discussão das concepções de Curley, nem de Melamed. Newlands, ao invés disso, está mais preocupado em expor sua própria visão de como, na substância spinozana, se harmonizam tanto a identidade, ela manter-se sempre a mesma, quanto a diversidade, dela se seguirem infinitas coisas de infinitas formas. Deste modo, no primeiro capítulo, “The Desiderata of Perfection”, o autor assume, fazendo eco a Michael Della Rocca (2008), que o *princípio de razão suficiente* é fundamental para explicar a diversidade, mas, então se afastado de Della Rocca, afirma que é necessária uma articulação com a noção spinozana de *perfeição*. Ao operar essa articulação, Newlands afirma dois outros princípios que são frutos de sua leitura conceitualista.

* Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: gionatan23@gmail.com.

¹ Disputa que foi requeitada este ano (ver Curley 2019).

Assim, ao se conceitualizar as coisas no nível do monismo de substância, ou da teoria da identidade dos modos, temos o princípio de *parcimônia ontológica*. Por outro lado, haveria também o princípio de *plenitude ontológica*, este se dando “entre e através dos atributos” (p. 29). Tais princípios caracterizam uma entidade fundamental simples e idêntica a si mesma que fundamenta (ground) uma multiplicidade de entidades não-fundamentais, bem como encontramos na metafísica contemporânea de Jonathan Schaffer (2010, 2014), caracterizada em seu princípio “Bang for the Buck”. Isso é digno de nota, pelo seguinte motivo: Curley (1969) como que adaptou Spinoza à filosofia analítica da época, ao passo que Melamed (2013) fez o mesmo, mas em relação a teoria metafísica dos tropos e feixes. Spinoza parece sempre se encaixar na “moda”.

No capítulo segundo, “Spinoza’s Conceptualist Strategy”, Newlands abre mais gavetas de sua (segundo ele, na verdade, de Spinoza) mala de ferramentas conceituais. Assim temos: *identificação conceitual*, *sensibilidade conceitual* e *variabilidade conceitual* (p. 49). Nosso autor vai além e afirma que uma mesma coisa pode ter múltiplas estruturas causais, mas, é claro, na medida em que podem ser concebidas/conceitualizadas de várias maneiras (p. 50). Com efeito, tais assunções podem parecer problemáticas e, sem ironia, “conceitualmente” custosas. No entanto, tais ferramentas nos ajudariam em problemas tais como o seguinte: A mente é idêntica ao corpo; a mente só causa efeitos mentais; o corpo só causa efeitos corporais; ora, se a mente é idêntica ao corpo, e o corpo causa efeito corporais, como pode ela não causar efeito corporais? (p. 43).

No terceiro capítulo de *Reconceiving Spinoza*, “Conceptual Dependence Monism”, somos apresentados à tese do Monismo de Dependência Conceitual. Tal tese é, obviamente, a forma como é entendido o monismo na leitura de Newlands: “Necessariamente, para todo x e y , e para qualquer relação de dependência metafísica R , tal como xRy , R é relação de dependência conceitual” (p. 60, traduções nossas). Ou seja, *toda* relação causal é relação conceitual. Assim, quando Spinoza afirma que a essência de Deus envolve existência, quer dizer que o conceito de essência de Deus envolve conceitualmente existência (conceitual) (p. 97).

O quarto capítulo, “Spinoza’s Metaphysics of Modality”, concentra-se majoritariamente na segunda parte *Ética*. Aqui é a vez dos conceitos de modalidade e necessidade se tornarem “conceitualmente sensíveis”. É aqui que se situa um dos pontos com mais potencial de fomentar controvérsias: Spinoza, segundo Newlands, admite que existe (conceitualmente) contingência. Isto, pois, seriam dadas duas formas de conceitualizar as coisas, uma estrita e uma ampla. Um modo enquanto considerado de

uma forma ampla inclui “suas relações com todos outros modos finitos, [assim,] existe necessariamente”, mas, considerando de uma forma estrita: “essa [forma] é uma fonte real de contingência” (p. 104).

O quinto capítulo, “A Conceptualist Account of Essences”, também possui um potencial polêmico. Segundo Newlands, “cada coisa possui infinitas essências, tanto entre como em cada atributo” (p. 112). Com efeito, essências são definidas como os poderes explicativos das coisas, nesta leitura conceitualista (p. 117). Assim, Deus também possuiria infinitas essências, ao menos para cada atributo, o que não é tão estranho de se pensar. O que talvez pareça estranho é uma noção de “poder causal inadequado de uma coisa” (p. 131), que variaria de acordo com quão ampla ou restritamente conceituamos a coisa. A explicação giraria em torno do fato que a essência da “mente humana é constituída tanto por ideias adequadas quanto por ideias inadequadas” (p. 132).

O que exatamente é essa abordagem da sensibilidade conceitual não fica claro até aqui. Pois, parece uma leitura insidiosamente ampla que tende a um relativismo, algo como “explica tudo mas não diz nada”. Essa foi minha impressão, mas, de fato, no último capítulo, “The Nature of the Conceptual”, Newlands pontua mais claramente a “natureza” de sua leitura. Chegaremos lá, esta pausa vem a calhar aqui pois os próximos três capítulos a serem comentados quase não trazem a abordagem conceitualista.

No sexto capítulo, “Elusive Individuals”, Newlands discute a “Digressão Física” que há no segundo livro da *Ética*. Trata sobre a composição dos indivíduos e grupos de indivíduos e, na última seção, traz o elemento conceitual como uma condição, afirmando que se conceitualizamos a natureza da forma mais ampla possível, aceitaremos o acomismo (p. 161), mas, claro está, não como única forma de conceber. No capítulo seguinte, “Ethics, Motivation, and Egoism”, Newlands relaciona a composição metafísica do indivíduo ao fato de que as essências dos indivíduos convém em natureza, o que é possibilita a empatia. É neste sétimo capítulo que Newlands aborda quarto livro da *Ética*.

Já no oitavo capítulo, “Moral Transformation and Self-Transcendence”, a meta é o quinto livro da *Ética*. Aqui há uma interessante aproximação do tratamento do afeto do desejo por Spinoza com os estudos de Harry Frankfurt (p. 217). No nono capítulo, finalmente, acessamos a distinção entre conceber e conceitualizar: conceitualizar é conceber, mas não é um *estado mental*. Aqui, Newlands contrapõe o seu conceitualismo com o que ele chama *mentalismo*. O conceitualismo seria, então, atributivamente neutro (p. 246.). Isso permite Newland afirmar que o atributo da extensão é explicado *conceitualmente*, pois se o fosse *mentalmente* o atributo do pensamento seria privilegiado.

Ou seja, o atributo da extensão não seria concebido por si, de acordo com o mentalismo. Nas palavras de nosso autor: “Eu penso que a conclusão a que devemos chegar não é que os corpos não sejam conceitualmente conectados a outros corpos para Spinoza, mas antes que as conexões conceituais nesses casos não são relações de dependência mental” (p. 243).

Reconceiving Spinoza é um livro ambicioso, e neste caso isso é um mérito. É uma leitura densa, sem dúvida, voltado para um público especializado. Alguns capítulos são mais acessíveis (6 e 7) que outros. Talvez um ponto a ser repreendido é falta de consulta às obras que Spinoza poderia ter como fonte, sendo considerado como horizonte teórico do conteúdo conceitual de Spinoza, além de Descartes, “Arnauld, Leibniz, e Wolf” (p. 78). Este livro tem potencial para agitar o debate, em especial acerca dos primeiros livros da *Ética*. Enfim, vale uma nota acerca do bom humor do autor e suas pontuais referências à cultura *pop*.

Referências bibliográficas

BAYLE, Pierre. *Dictionnaire Historique et Critique*, 16 vols. in-8. Nouvelle Édition. Desoer Libraire Rue Cristine, Paris, 1820.

CURLEY, Edwin. *Spinoza's Metaphysics: An Essay in Interpretation*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

_____. Spinoza's Metaphysics Revisited. In: *Spinoza in Twenty-First-Century American and French Philosophy*. Ed.: STETTER & RAMOND. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2019.

DELLA ROCCA, Michael. *Spinoza*. New York: Routledge, 2008.

MELAMED, Yitzhak. *Spinoza's Metaphysics: Substance and Thought*. NY: Oxford University Press, 2013.

NEWLANDS, Samuel. *Reconceiving Spinoza*. Oxford: Oxford University Press, 2018

SCHAFFER, Jonathan. Monism: The Priority of the Whole. *Philosophical Review* 119, 2010. (pp. 31–76).

_____. What Not to Multiply Without Necessity. *Australasian Journal of Philosophy*, 2014. (pp. 644–64).

Recebido em 29/11/2019

Aprovado em 08/05/2020